

RIOS DE INJUSTIÇA: RACISMO AMBIENTAL, DESIGUALDADE E ENCHENTES NO BRASIL

RAFAELA PRIETSCH DOS SANTOS¹; ROZELE BORGES NUNES²;

¹*Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Rio Grande –
2022300876@aluno.riogrande.ifrs.edu.br*

²*Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Rio Grande –
rozele.nunes@aluno.riogrande.ifrs.edu.br*

Alinhada ao tema "UFPel Afirmativa: Ciência, Direitos Sociais e Justiça Ambiental", esta pesquisa investiga como as enchentes no Brasil, com foco em Rio Grande e Pelotas, materializam a negação de direitos e a injustiça socioambiental. O objetivo é analisar, por meio de uma abordagem científica, como o racismo ambiental estrutura a ocupação do território, tornando populações negras, periféricas e vulneráveis as mais atingidas por desastres climáticos, em uma clara violação de seus direitos sociais. A metodologia mobiliza ferramentas das ciências humanas e sociais em uma abordagem qualitativa e interdisciplinar. A investigação se fundamenta na revisão bibliográfica de autores como Milton Santos, na análise de dados oficiais e no estudo crítico de obras literárias, como *Torto Arado* e *Quarto de Despejo*, que denunciam as condições de vida e a luta por direitos de populações historicamente marginalizadas. Os resultados demonstram que as enchentes são um reflexo direto da injustiça ambiental, manifestada na negligência estatal e no planejamento urbano excludente. A análise evidencia que a ausência de políticas públicas eficazes para garantir o direito à moradia segura e ao saneamento básico constitui uma forma de racismo estrutural, que se inscreve nos territórios e agrava as desigualdades sociais. Conclui-se que a promoção da justiça ambiental é indissociável da garantia de direitos sociais e da produção de uma ciência engajada e afirmativa. Enfrentar o racismo ambiental exige a construção de políticas públicas inclusivas, com participação popular, que reconheçam as desigualdades históricas e assegurem o direito a um ambiente seguro e digno para todos.